

Ciências da Saúde: Da Teoria à Prática 11

Benedito Rodrigues da Silva Neto
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Benedito Rodrigues da Silva Neto
(Organizador)

Ciências da Saúde: Da Teoria à Prática 11

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	Ciências da saúde [recurso eletrônico] : da teoria à prática 11 / Organizador Benedito Rodrigues da Silva Neto. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências da Saúde. Da Teoria à Prática; v. 11) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-403-0 DOI 10.22533/at.ed.030191306 1. Saúde – Aspectos sociais. 2. Saúde – Políticas públicas. 3. Saúde – Pesquisa – Brasil. I. Silva Neto, Benedito Rodrigues da. II.Série. CDD 362.10981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A multidisciplinaridade intrínseca nesta coleção é algo que temos discutido a cinco anos no centro oeste do país através do evento científico denominado CoNMSaúde. Sabemos que a saúde necessita urgentemente de rever alguns conceitos quanto à colaboração efetiva de todos os seus profissionais, e exatamente por isso temos buscado a cada ano reunir mais de doze áreas da saúde para debater ciência e dialogar juntos sobre os avanços da saúde em todos os seus aspectos. Vários pontos temos levantado a cada ano, todavia tem sido muito claro e notória a importância da orientação do acadêmico quanto à necessidade de trabalhar e cooperar com as áreas da saúde afins ao seu curso.

Assim a coleção “Ciências da Saúde: da teoria à prática” abordou de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos, revisões e inferências sobre esse amplo e vasto contexto do conhecimento relativo à saúde. Além disso, todo o conteúdo reuniu atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas em diversas regiões do país, que analisam a saúde em diversos dos seus aspectos, percorrendo o caminho que parte do conhecimento bibliográfico e alcança o conhecimento empírico e prático.

O último volume é um fechamento proposital com trabalhos em contextos diferentes da saúde que em determinados aspectos se relacionam e favorecem ao leitor indagações e reflexões quanto ao trabalho inter e multidisciplinar.

Com o dever cumprido finalizamos esta obra apresentando um panorama teórico e prático, propiciando um novo patamar para novas obras e publicações. Destacamos a fundamental importância uma estrutura como a Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem seus resultados. Nosso profundo desejo é que este contexto possa ser transformado a cada dia, e o trabalho aqui presente pode ser um agente transformador por gerar conhecimento em uma área fundamental do desenvolvimento como a saúde.

Benedito Rodrigues da Silva Neto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DIGNIDADE DA MORTE: O CUIDADO PALIATIVO COMO DIREITO FUNDAMENTAL	
Bruna Rafaeli Oliveira Mariza Schuster Bueno Sabrina Zimkovicz	
DOI 10.22533/at.ed.0301913061	
CAPÍTULO 2	17
A ETNOMUSICOLOGIA APLICADA A PESQUISAS EM SAÚDE COLETIVA	
Aline Veras Moraes Brilhante Ana Maria Fontenelle Catrib Elaine Saraiva Feitosa Epaminondas Carvalho Feitosa	
DOI 10.22533/at.ed.0301913062	
CAPÍTULO 3	30
A MÚSICA COMO FORMA DE EXPRESSÃO DA REALIDADE DE ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL	
Andrea Ruzzi Pereira Mariana Melo Parreira Larissa Nascimento Marques	
DOI 10.22533/at.ed.0301913063	
CAPÍTULO 4	39
A PESQUISA-AÇÃO COMO CAMINHO PROMISSOR PARA INTERVIR FRENTE À VIOLÊNCIA ESCOLAR	
Leilane Lacerda Anunciação Sinara de Lima Souza Maria Geralda Gomes Aguiar (<i>in memoriam</i>) Rosely Cabral de Carvalho Aldalice Braitt Lima Alves	
DOI 10.22533/at.ed.0301913064	
CAPÍTULO 5	54
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM PARA TREINAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	
Paulo Roberto Anastacio Fábio De Sordi Junior Emiliana Cristina Melo	
DOI 10.22533/at.ed.0301913065	
CAPÍTULO 6	66
ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE O LETRAMENTO EM SAÚDE E A ADEÇÃO FARMACOTERAPÊUTICA EM USUÁRIOS NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA DE SOBRAL - CE	
Ingrid Freire Silva Ana Cecília Silveira Lins Sucupira	
DOI 10.22533/at.ed.0301913066	

CAPÍTULO 7 79

ANÁLISE DA INCORPORAÇÃO DO TRASTUZUMABE NO ELENCO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Rosali Maria Ferreira da Silva
Melina Maria Soares Freitas
Jean Batista de Sá
Pollyne Amorim Silva
Williana Tôres Vilela
Maria Joanellys dos Santos Lima
Stéfani Ferreira de Oliveira
Aline Silva Ferreira
José de Arimatea Rocha Filho
Pedro José Rolim Neto

DOI 10.22533/at.ed.0301913067

CAPÍTULO 8 90

ANÁLISE DOS INCIDENTES NOTIFICADOS AO NOTIVISA NO ESTADO DO MARANHÃO NO PERÍODO DE 2014 A 2017

Giovanna Nunes Belo Mendes
Francisco Airton Veras de Araújo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.0301913068

CAPÍTULO 9 99

APROXIMAÇÕES ENTRE FENOMENOLOGIA E O MÉTODO DA CARTOGRAFIA EM PESQUISA QUALITATIVA

Severino Ramos lima de Souza
Ana Lúcia Francisco

DOI 10.22533/at.ed.0301913069

CAPÍTULO 10 112

AS VIVÊNCIAS DE LAZER DE ESTUDANTES INDÍGENAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Angela Ribeiro
Gabriela Machado Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.03019130610

CAPÍTULO 11 123

BUSINESS INTELLIGENCE NO CAMPO DA SAÚDE PÚBLICA: SOLUÇÕES INOVADORAS PARA A TOMADA DE DECISÃO

Caroline Dias Ferreira
Rômulo Cristovão de Souza
Rodrigo Gomes Barreira

DOI 10.22533/at.ed.03019130611

CAPÍTULO 12 130

CARACTERIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS MANIPULADORES DE ALIMENTOS DO COMÉRCIO AMBULANTE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Carla Cristina Bauermann Brasil
Juliane Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.03019130612

CAPÍTULO 13	143
COMUNIDADE AQUÁTICA: INTERAÇÃO, EXTENSÃO E APRENDIZAGEM PROFISSIONAL	
Angela Rodrigues Luiz	
Pamylla Cristina Gonçalves Rodrigues	
Norton França Souza Moraes	
Pabline Lima de Souza Silva	
Luana da Silva Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.03019130613	
CAPÍTULO 14	147
CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL: CONHECENDO A REDE DE SUPORTE FAMILIAR	
Mayara Caroline Barbieri	
Gabriela Van Der Zwaan Broekman	
Regina Aparecida Garcia de Lima	
Giselle Dupas	
DOI 10.22533/at.ed.03019130614	
CAPÍTULO 15	157
DIA MUNDIAL DA ORIENTAÇÃO / <i>WORLD ORIENTEERING DAY</i> – OFICINA DE DIVULGAÇÃO DO ESPORTE DE ORIENTAÇÃO NA UFG / REGIONAL CATALÃO	
Cibele Tunussi	
Carlos Henrique de Oliveira Severino Peters	
Valteir Divino da Silva	
Alvim José Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.03019130615	
CAPÍTULO 16	164
ECOLOGIA DO TRABALHO DE PESCADORES ARTESANAIS DO MUNICÍPIO DA RAPOSA, MARANHÃO, BRASIL	
Maria do Socorro Saraiva Pinheiro	
José Manuel Peixoto Caldas	
DOI 10.22533/at.ed.03019130616	
CAPÍTULO 17	172
ENVELHECER COM QUALIDADE E PARTICIPAÇÃO: EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE	
Priscila Maitara Avelino Ribeiro	
Marta Regina Farinelli	
Rosane Aparecida de Sousa Martins	
DOI 10.22533/at.ed.03019130617	
CAPÍTULO 18	181
FITOTERAPIA RACIONAL: ASPECTOS TAXONÔMICOS, AGROECOLÓGICOS, ETNOBOTÂNICOS E TERAPÊUTICOS - ANO 2017	
Angela Erna Rossato	
Sílvia Dal Bó	
Roberto Recart dos Santos	
Keli Alves Mengue	
Fernando Oriques Pereira	
Maria Eduarda Alves Ferreira	
Vanilde Citadini-Zanette	
DOI 10.22533/at.ed.03019130618	

CAPÍTULO 19	202
GRUPO MOVERE: PROJETO DE DANÇA PARA INDIVÍDUOS COM PARALISIA CEREBRAL	
Caren Luciane Bernardi	
Bruna Ledur	
Maria Laura Schiefelbein	
Caroline Santos Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.03019130619	
CAPÍTULO 20	207
IDENTIDADE PROFISSIONAL E A PRÁTICA COLABORATIVA EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA	
Elaine Amado	
Rosana Quintela Brandão Vilela	
Maria da Piedade Gomes de Souza Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.03019130620	
CAPÍTULO 21	215
INSERÇÃO DE PROFISSIONAIS NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM SAÚDE DA FAMÍLIA	
Emir Dirlan Lima de Oliveira	
Cristiane Ferreira dos Santos	
Camile Dalla Corte de Araújo	
Márcia Yane Girolometto Ribeiro	
Catheline Rubim Brandolt	
Dyan Jamilles Brum Maia	
DOI 10.22533/at.ed.03019130621	
CAPÍTULO 22	219
LIGA ACADÊMICA DE NEFROLOGIA: CINCO ANOS DE EXPERIÊNCIA EM EXTENSÃO	
Gilberto Baroni	
Eduardo de Souza Tolentino	
DOI 10.22533/at.ed.03019130622	
CAPÍTULO 23	225
NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA E AS MUDANÇAS NA ATENÇÃO À SAÚDE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	
Alexia Nascimento Matos de Freitas	
Gizelly Braga Pires	
DOI 10.22533/at.ed.03019130623	
CAPÍTULO 24	235
NOVA REPRESENTAÇÃO DA CADEIA DE VALOR EM UMA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	
Maria Benedita Mendes Costa	
Ana Claudia Mendes	
Priscila Fernanda Chaves Morais Boato	
Francisco Antonio Tavares Junior	
Leonardo de Abreu Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.03019130624	

CAPÍTULO 25	241
O BRINCAR E A REALIDADE NO CONTEXTO DA CLÍNICA INFANTIL DE ORIENTAÇÃO ANALÍTICA: UM ESTUDO DE CASO	
Janaína Schultz Jerto Cardoso da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.03019130625	
CAPÍTULO 26	256
O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E PROTAGONISMO DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA	
Amanda Fernanda Damasceno Saraiva de Sousa Lóren-Lis Araújo Letícia Rebeca Soares Melo Railan Bruno Pereira da Silva Pedro Wilson Ramos da Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.03019130626	
CAPÍTULO 27	268
O MODO DE PRODUIR CUIDADO PELOS TRABALHADORES COMO DIMENSÃO DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO BRASIL	
Erica Menezes Magda Scherer Marta Verdi Ana Paula Marques	
DOI 10.22533/at.ed.03019130627	
CAPÍTULO 28	275
PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DE UM CURSO DE MEDICINA SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Rafaela Tenório Passos Francisco José Passos Soares	
DOI 10.22533/at.ed.03019130628	
CAPÍTULO 29	287
PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI-PI	
Antonio Evanildo Bandeira de Oliveira Bruna Daniella de Sousa de Lima Maria de Jesus Trindade da Silva Evaldo Sales Leal	
DOI 10.22533/at.ed.03019130629	
CAPÍTULO 30	298
PERDA AMBÍGUA: O LUTO INCERTO	
Winthney Paula Souza Oliveira Silvina Rodrigues de Oliveira Pedro Wilson Ramos da Conceição Mônica dos Santos de Oliveira Jardell Saldanha de Amorim Francisca Tatiana Dourado Gonçalves Rudson Vale Costa Evando Machado Costa Amanda Fernanda Damasceno Saraiva de Sousa Eliane Vanderlei da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.03019130630	

CAPÍTULO 31 307

PET-SAÚDE: O IMPACTO DO PROGRAMA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL MÉDICO

Narjara Fontes Xavier
Julius Caesar Mendes Soares Monteiro
Cezar Augusto Muniz Caldas
Carla Andrea Avelar Pires

DOI 10.22533/at.ed.03019130631

CAPÍTULO 32 317

PET-SAÚDE/GRADUASUS: CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM FISIOTERAPIA

Natanny Caetano da Silva
Tamine Vitória Pereira Moraes
Leandra Aparecida Leal
Daisy de Araújo Vilela
Patrícia Leão Da Silva Agostinho
Ana Lúcia Rezende Souza
Thaís Rocha Assis

DOI 10.22533/at.ed.03019130632

CAPÍTULO 33 324

POLÍTICAS DE INCENTIVO AO PARTO NORMAL: NÚMEROS DE UM HOSPITAL ESCOLA

Laryssa de Col Dalazoana Baier
Ana Paula Xavier Ravelli
Suellen Vienscoski
Regiane Hoedtke
Pollyanna Kássia de Oliveira Borges

DOI 10.22533/at.ed.03019130633

CAPÍTULO 34 334

PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR NO MANEJO DE UM CASO CLÍNICO COMPLEXO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Kezia Cristina Batista dos Santos
Tamires Barradas Cavalcante
Gabriela Sellen Campos Ribeiro
Adrielly Haiany Coimbra Feitosa
Mirtes Valéria Sarmiento Paiva
Rita da Graça Carvalhal Frazão Corrêa

DOI 10.22533/at.ed.03019130634

CAPÍTULO 35 342

REFLEXÃO ACERCA DOS DIREITOS DO PACIENTE COM ESTOMIA INTESTINAL DE ELIMINAÇÃO NO CONTEXTO DO SUS

Francisco João de Carvalho Neto
Maria Mileny Alves da Silva
Renata Kelly dos Santos e Silva
Gabriela Araújo Rocha
David de Sousa Carvalho
Ana Karoline Lima de Oliveira
Denival Nascimento Vieira Júnior
Maria da Glória Sobreiro Ramos
João Matheus Ferreira do Nascimento
Zeila Ribeiro Braz
Camila Karennine Leal Nascimento
Maria Luziene de Sousa Gomes
Sarah Nilkece Mesquita Araújo Nogueira Bastos

DOI 10.22533/at.ed.03019130635

CAPÍTULO 36 364

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA: DIFICULDADE DA EQUIPE DE SAÚDE FRENTE ÀS EMERGÊNCIAS OBSTÉTRICAS

Amanda Ribeiro Figueiredo
Ingrid Karollyne Vilar Ferreira
Alberiza Veras de Albuquerque
Bruna Teles dos Santos Motta
Silvio Conceição Silva
Marilene Dos Santos Farias
Iago Colaço de Souza
Jennifer Oliveira de Araújo
Jamile Cavalcante da Silva
Ítalo Colaço de Souza
Aleksandra Pereira Costa

DOI 10.22533/at.ed.03019130636

CAPÍTULO 37 380

SERVIÇOS DE SAÚDE E A INCLUSÃO MASCULINA: VIVÊNCIAS DOS PAIS DE CRIANÇAS COM MALFORMAÇÃO FETAL NO SERVIÇO DE PRÉ-NATAL

Géssica Martins Mororó
Aline de Carvalho Martins

DOI 10.22533/at.ed.03019130637

CAPÍTULO 38 385

SISTEMA AGROFLORESTAL EM UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU, PA: ESTUDO DE CASO

Thaise Cristina Dos Santos Padilha
Edilaine Borges Dias
Lyssa Martins de Souza
Walmer Bruno Rocha Martins
Paula Cristiane Trindade

DOI 10.22533/at.ed.03019130638

CAPÍTULO 39 385

SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA ASSOCIADO AO *BULLYING*

Aline Sharlon Maciel Batista Ramos
Laurinete Lopes Ferreira Torres
Rafael Mondego Fontenele
Hariane Freitas Rocha Almeida
Cianna Nunes Rodrigues
Francisca Maria Ferreira Noronha
Isabela Bastos Jácome De Souza
Débora Luana Ribeiro Pessoa

DOI 10.22533/at.ed.03019130639

CAPÍTULO 40 395

VULNERABILIDADE DE CAMPO MOURÃO - PR AOS EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS EM ANOS DE EL NIÑO, LA NIÑA OSCILAÇÃO SUL

Danieli De Fatima Ramos
Katiúscia Naiara Ariozi Lima
Victor Da Assunção Borsato

DOI 10.22533/at.ed.03019130640

CAPÍTULO 41 405

ACOLHIMENTO EM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO-JUVENIL: A PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES

Sinara de Lima Souza
Paulo Amaro dos Santos Neto
Catarina Luiza Garrido de Andrade Macedo
Amanda de Souza Rios
Lais Queiroz Oliveira Marques
Rosely Cabral de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.03019130641

CAPÍTULO 42 419

PRINCIPAIS MICOSES SUPERFICIAIS E SEUS RESPECTIVOS AGENTES ETIOLÓGICOS PRESENTES NO BRASIL

Amanda Torres Nunes
Isabele Castro de Aguiar
Mayara Carvalho Ramos
Antonio Francisco Ferreira da Silva Júnior

DOI 10.22533/at.ed.03019130642

CAPÍTULO 43 424

CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA PRESTADA PELO ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA NA ATENÇÃO DOMICILIAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Elizama Costa dos Santos Sousa
Graziele de Sousa Costa
Samantha Vieira da Silva
Valder Oliveira Sabóia Neto
Julianna Thamires da Conceição
Samuel Oliveira da Vera
Renata da Rocha Albuquerque

DOI 10.22533/at.ed.03019130643

CAPÍTULO 44 435

HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS POLICÍCLICOS NOS ALIMENTOS E SEU EFEITO TÓXICO: UMA REVISÃO

Bewlthiane Maria dos Santos Carvalho
Antônio Jason Gonçalves da Costa
Fernanda Maria de Carvalho Ribeiro
Bárbara Karoline Rêgo Beserra Alves
Leandra Caline dos Santos
Francisca Camila Batista Lima
Carlos Eduardo Pires da Silva
Leyla Lumara Cabral Soares Pimentel
Priscila da Silva
Tamires Claudete dos Santos Pereira
Tamires Amaro Rodrigues
Stella Regina Arcanjo Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.03019130644

SOBRE O ORGANIZADOR..... 446

REFLEXÃO ACERCA DOS DIREITOS DO PACIENTE COM ESTOMIA INTESTINAL DE ELIMINAÇÃO NO CONTEXTO DO SUS

Francisco João de Carvalho Neto

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Picos –
Piauí. Departamento de Enfermagem

Maria Mileny Alves da Silva

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Picos –
Piauí. Departamento de Enfermagem

Renata Kelly dos Santos e Silva

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Picos –
Piauí. Departamento de Enfermagem

Gabriela Araújo Rocha

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Picos –
Piauí. Departamento de Enfermagem

David de Sousa Carvalho

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Picos –
Piauí. Departamento de Enfermagem

Ana Karoline Lima de Oliveira

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Picos –
Piauí. Departamento de Enfermagem

Denival Nascimento Vieira Júnior

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Picos –
Piauí. Departamento de Enfermagem

Maria da Glória Sobreiro Ramos

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Picos –
Piauí. Departamento de Enfermagem

João Matheus Ferreira do Nascimento

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Picos –
Piauí. Departamento de Enfermagem

Zeila Ribeiro Braz

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Picos –
Piauí. Departamento de Enfermagem

Camila Karenine Leal Nascimento

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Picos –

Piauí. Departamento de Enfermagem

Maria Luziene de Sousa Gomes

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará.
Departamento de Enfermagem

Sarah Nilkece Mesquita Araújo Nogueira Bastos

Universidade Federal do Piauí – UFPI. Picos –
Piauí. Departamento de Enfermagem

RESUMO: A estomia intestinal de eliminação consiste na abertura cirúrgica no abdome visando a exteriorização de uma parte do intestino para a eliminação de fezes. Vinculado a isso, as alterações que precedem esse procedimento não são apenas fisiológicas, envolvendo implicações e expondo a necessidade da aprimoração na prestação de assistência ao paciente. Objetivou-se realizar uma reflexão acerca dos direitos do paciente com estomia no contexto do Sistema Único de Saúde. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada por meio da leitura dos estudos coletados das bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), ScientificElectronic Library Online (SciELO) e Medical LiteratureAnalysisandRetrieval System Online (MEDLINE). Para isso, utilizou-se como critérios de inclusão artigos científicos publicados entre 2009-2019, com texto disponível na íntegra e nos idiomas inglês e

português. Ademais, fez-se uso de documentos publicados oficialmente pelo Ministério da Saúde, a fim de fornecer maior embasamento teórico para a reflexão junto ao contexto do Sistema Único de Saúde. Assim, a amostra deste estudo foi composta por 5 artigos e 17 documentos reguladores. Após a análise das portarias, decretos e leis, examinou-se os principais direitos incorporados a esses pacientes e, além disso, com a leitura de artigos, observou-se a escassa produção científica sobre a temática. Infere-se, portanto, que a obtenção de todas essas garantias advém de anos de esforço e observa-se que ainda há lacunas concernentes à assistência holística ao usuário. Também nota-se a escassez de produções sobre essa temática, sugerindo, assim, que este contexto seja aprofundado e enriquecido.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos do paciente, estomia, SUS

REFLECTION ON THE RIGHTS OF THE PATIENT WITH INTESTINAL ESTOMIA OF ELIMINATION IN THE CONTEXT OF SUS

ABSTRACT:The intestinal stoma has a surgical opening in the abdomen aiming an exteriorization of a part of the intestine for a stool elimination. Linked to this, since the changes that precede the rule are not physiological, with implications and exponentiation in the improvement of the care of the patient. The objective was to carry out an investigation about the rights of the patient with stoma in the context of SUS. This is an integrative review of the literature, carried out by reading the studies of the databases of the Virtual Health Library (VHL), the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and the Online Medical Literature Analysis and Recovery System (MEDLINE). To do so, use the following categories of scientific data from 2009-2019, with full text available in English and Portuguese. In addition, an official document was made by the Ministry of Health, in order to provide a more theoretical basis for a reflection along with the Unified Health System. Thus, from the study was made by 5 articles and 17 regulatory documents. After the analysis of portaries, decrees and laws, exams-the rights rights incorporate the patients and, in addition, with a reading reading articles, told a scientific production about the thematic. Before the study, it is inferred that a survey of all the guarantees of years of validity and observation is made by gaps in relation to the user's holistic assistance. It is also a shortage of productions on this subject, suggesting, therefore, that this context is deepened and enriched with more productions.

KEYWORDS: Patient's rights, stomies, SUS

1 | INTRODUÇÃO

As estomias intestinais de eliminação consistem na exteriorização de uma porção do intestino por meio de abertura cirúrgica na parede abdominal, possibilitando a eliminação de fezes. Em indivíduos adultos, as principais causas determinantes para a realização de uma estomia são: câncer de cólon e reto, traumas, e doenças

inflamatória do intestino, tais como retocolite ulcerativa e doença de Crohn (BRASIL, 2009).

A confecção de uma estomia intestinal resulta em alterações fisiológicas e anatômicas consideráveis relacionadas à perda do controle dos esfíncteres que, sem a possibilidade de contenção pelo paciente estomizado (MEDEIROS et al, 2017), geram medo e insegurança pelos sons e odores provocados, interpretados como transgressão de limites corporais (MAURICIO; SOUZA; LISBOA, 2013). Assim, esse procedimento está atrelado a uma série de implicações no cotidiano do paciente, envolvendo questões físicas, emocionais, psicológicas e sociais, expondo a necessidade de se aprimorar a multidisciplinaridade na prestação de assistência ao paciente.

As alterações causadas pela estomia excedem a fisiologia gastrointestinal, em que a pessoa é exposta a um conjunto de fatores que podem comprometer seu bem-estar psicológico e relacionamentos interpessoais. Tais fatores podem afetar negativamente a autoestima, resultando em mudanças em âmbito familiar, profissional e emocional, tendendo ao afastamento da sua rede de apoio e prejudicando seu estado mental e bem-estar sociocultural (BATISTA, 2014).

Orientar quanto às complicações periestomais, realização do autocuidado, vínculo integrador e promotor da reinserção social e tornar conhecida a oferta dos serviços de saúde ao estomizado fazem parte do papel do enfermeiro na assistência a essas pessoas e constitui elementos fundamentais para a qualidade do cuidado (BRITO et al., 2018). Nesse ínterim, a disponibilidade de profissionais aptos para prestar assistência integral se faz necessária para alcançar a reabilitação satisfatória dos mesmos. Ademais, o amparo deve estender-se à família do paciente, visando prepará-la para lidar com as implicações da estomia no cotidiano dos envolvidos (SILVA et al, 2017).

No contexto das políticas públicas de saúde em âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS-, voltadas às pessoas vivendo com estomias, fez-se nesse estudo uma análise retrospectiva do arcabouço legal voltado à incorporação de direitos dos usuários do SUS vivendo com estomia de eliminação intestinal. Dessa forma, este estudo possui caráter relevante, pois pode proporcionar aos pacientes estomizados o conhecimento dos seus direitos dentro SUS, contribuindo, dessa forma, para que o tratamento seja qualificado, permitindo uma boa qualidade de vida, recuperação rápida e sem complicações.

Nesse sentido, o objetivo desta revisão foi de realizar uma reflexão acerca dos direitos do paciente com estomia no contexto do SUS, com base na literatura científica disponível atualmente.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura de natureza qualitativa. A revisão integrativa constitui um recurso pertinente à tomada de decisão a favor

das melhores práticas clínicas, a partir deste, é possível sintetizar o conhecimento produzido sobre uma temática específica, apontando lacunas que devem ser sanadas com estudos futuros. Refere-se como método valioso para a enfermagem, em especial para profissionais que não dispõem de muito tempo para leitura de múltiplos estudos (BOTELHO, CUNHA, MARCELO, 2011).

Assim, as etapas contempladas no processo de revisão foram: 1. Definição do objetivo do estudo, partindo do pressuposto de que o tema deve ser de relevância para o conhecimento científico da saúde, principalmente para a enfermagem; 2. Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão a serem aplicados aos estudos; 3. Delineamento das informações de interesse que serão extraídas dos estudos selecionados, provocando um refinamento nos resultados encontrados; 4. Avaliação dos estudos na íntegra; 5. Interpretação dos achados; e, 6. Apresentação da revisão com o conteúdo mais relevante sintetizado (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008).

O estudo se desenvolveu a fim de atender a seguinte questão de pesquisa: “Qual o estado da arte sobre a expressão dos direitos do paciente com estomia no contexto do Sistema Único de Saúde?”. A elaboração da questão se deu por meio da estratégia PICO, visando a dissolução detalhada dos problemas encontrados na prática assistencial e a sua adequada organização, como é recomendado pela Prática Baseada em Evidência (PBE) (SANTOS, PIMENTA NOBRE, 2007), (quadro 1).

Descrição	PICO	Componentes	Descritores (Decs-BVS*)
População	P	Artigos e publicações ministeriais	-
Interesse	I	Direitos dos pacientes estomizados	Direitos do Paciente; Estomia; Políticas de Saúde
Contexto	Co	Sistema Único de Saúde	Sistema Único de Saúde e

Quadro 1 - Pergunta de pesquisa, segundo a estratégia Problema, Intervenção, Controle e Outcomes, resultados esperados - PICO, Brasil, 2019.

Legenda: Descritores em Ciências e Saúde (DECs) da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Os estudos foram coletados das bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), através do cruzamento dos Descritores em Ciências e Saúde (DECs): Direitos do Paciente, Estomia, Sistema Único de Saúde e Políticas de Saúde, intercalados pelo operador booleano AND e inserido nos idiomas inglês e português, segundo a base pesquisada.

Foram utilizados como critérios de inclusão artigos científicos publicados entre 2009-2019, com texto disponível na íntegra e nos idiomas inglês e português. Ademais, foram utilizados documentos publicados oficialmente pelo Ministério da Saúde, a fim de fornecer maior embasamento teórico para a reflexão junto ao contexto do Sistema

Único de Saúde. Assim, a amostra deste estudo foi composta por 5 artigos e 17 documentos reguladores ofertados pelo Ministério da Saúde.

Após a análise das portarias, decretos e leis direcionados às pessoas vivendo com estomia de eliminação intestinal no contexto das políticas públicas de saúde em âmbito SUS, fez-se uma leitura pormenorizada desse arcabouço legal, a fim de examinar os principais direitos incorporados a partir da homologação de cada ato legislativo.

3 | RESULTADOS

A análise das portarias, decretos e leis direcionados às pessoas vivendo com estomia de eliminação intestinal no contexto das políticas públicas de saúde em âmbito SUS é apresentada no Quadro 1, sendo organizados conforme ordem cronológica.

Legislação e Data de publicação	Disposições
Portaria MS Nº 116 de 09 de setembro de 1993.	Refere-se a concessão das órteses e próteses ambulatoriais, a adaptação e treinamento do paciente será realizada, essa portaria enfatiza a disponibilização de bolsas de estomias.
Declaração dos Direitos da Pessoa com Estomia, 1993.	Apresenta as necessidades especiais desse grupo específico e os cuidados que eles requerem. Eles precisam receber as informações e cuidados que os capacitem a viver uma vida autônoma e independente e participar de todos os processos decisórios.
Portaria MS Nº 146 de 14 de outubro de 1993.	Estabelece diretrizes gerais para a concessão de Próteses e Órteses através da Assistência Ambulatorial, a partir da Portaria MS Nº 116 de setembro de 1993. A coordenação, supervisão, controle, avaliação e aquisição das próteses e órteses, constantes da referida portaria, ficará sob a responsabilidade das Secretarias Estaduais/Municipais de Saúde, através de coordenação técnica designada pelo gestor local.
Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.	Regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
Decreto Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004.	Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Política Nacional das Pessoas com Estomias (SOBEST E ABRASO - 2005).	Possibilita a melhoria da qualidade da assistência prestada e, conseqüentemente, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida deste segmento da população, amparadas na defesa do preceito constitucional da saúde como direito de todos e dever do estado.
Lei 11.506, de 19 de julho de 2007.	Institui a data de 16 de novembro como o Dia Nacional do Ostomizados.
Portaria GM nº 2.848 de 06 de novembro de 2007	Publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPM do Sistema Único de Saúde.
Portaria nº 400, de 16 de novembro de 2009	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Atenção à Saúde das Pessoas Ostomizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde -SUS, a serem observadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão.
Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009	Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde.

Portaria nº 620, de 12 de novembro de 2010	Inclui na Tabela de Classificação Brasileira de Ocupações utilizada no SCNES, a CBO 2235-C3 - Enfermeiro Estomaterapeuta.
Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012	Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.
Lei nº 12.738, de 30 de novembro de 2012	Torna obrigatório o fornecimento de bolsas de colostomia, ileostomia e urostomia, de coletor de urina e de sonda vesical pelos planos privados de assistência à saúde.
Lei nº 13.031 de 24 de setembro de 2014	Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado símbolo nacional de pessoa ostomizada.
Portaria nº 140 de 27 de fevereiro de 2014	Redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do sistema único de saúde (SUS).

Quadro 1: Trajetória histórica da legislação referente aos direitos dos estomizados. Picos, 2019.

Além dessa análise legislativa no contexto do SUS brasileiro, para compor a revisão integrativa, foram incluídos 5 artigos, dos quais observou-se que duas publicações aconteceram em 2017, uma em 2014, uma em 2013 e outra em 2009, revelando a escassa produção científica sobre a temática. Quanto ao método adotado, observou-se estudos qualitativos (n=4; 80%) e quantitativo (n= 1; 20%), conforme disposto no quadro 2.

Nº	Título do artigo	Autores; Ano; País	Método	Resultados
1	Avaliação da implantação do serviço de atenção à saúde das pessoas estomizadas	MORAES, et al, 2017. Brasil.	Pesquisa avaliativa, estudo seccional.	Foram analisados dados sobre estrutura e processo dos serviços de saúde, onde foi possível observar que apenas 11% atingiram o grau de implantação total; com 42% implantação satisfatória; incipientes 36% e 11% classificaram-se como não implantados. Como relação a organização do programa, a estrutura foi melhor avaliada que o processo, evidenciou-se a ausência de capacitação e orientação dos profissionais, atendimento em grupo, organização da demanda de assistência, bem como, a escassez de enfermeiro qualificado.
2	Dinâmica Sócio-Familiar com pacientes portadores ostomia intestinal definitiva	CETOLIN, et al, 2013. Brasil.	Pesquisa qualitativa.	O amparo da família torna-se indispensável para os pacientes ostomizados, pois através do suporte ofertado, é possível promover uma nova identidade para os portadores, proporcionando conseqüentemente, uma melhoria da autoestima e reinserção social.

3	Pacto em defesa da saúde:divulgando os direitos dos usuários pela pesquisa-ação	KOERICH, et al, 2009. Brasil.	Pesquisa-ação, com abordagem Qualitativo-construtivista.	Discutiu a Carta dos Direitos dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), com pacientes e familiares que buscaram atendimento em serviço público. Inferiu-se que a carta dos direitos dos usuários do SUS se coloca como um dispositivo importante para o cidadão conhecer os seus direitos de acesso ao sistema de saúde, com ênfase no direito ao acesso e no atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação.
4	Vivências do cuidador familiar de uma pessoa com estomia intestinal por câncer colorretal.	OLIVEIRA, et al; 2014. Brasil.	Pesquisa qualitativa.	Dos dados emergiram três categorias: Relação com a doença e seus tratamentos; Impacto frente ao tratamento e à reabilitação e Redes de apoio. Reafirmou a representação da doença associada à finitude. Para amenizar as angústias e o sofrimento os cuidadores familiares buscam apoio, principalmente na espiritualidade.
5	Cuidado integral à pessoa estomizada na atenção básica - conhecimento e atuação do enfermeiro.	OLIVEIRA, L. N; LOPES, A. P. A. T; DECESARO, M. N. 2017. Brasil	Pesquisa qualitativa	Acredita-se que a realização de cursos de capacitação do enfermeiro de todas as UBS poderia contribuir na atuação direcionada ao cuidado, melhorando a qualidade da assistência prestada ao doente, e isso refletiria no processo adaptativo e na qualidade de vida dos estomizados e de suas famílias.

Quadro 2: Caracterização dos artigos quanto ao título, autor/ano/país de publicação, método e resultados Picos, 2019.

4 | DISCUSSÃO

Com as crescentes discussões acerca do Sistema Único de Saúde, a temática da humanização e da priorização das necessidades de saúde dos indivíduos, em especial os grupos vulneráveis, é de cunho histórico e vem ganhando destaque. Um documento que consolidou isto foi a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, instituída pela Portaria nº 1.820/ 2009, que se caracteriza por ser um aparato ao cidadão, para que este conheça sobre seus direitos de acesso ao sistema de saúde vigente no seu país. (KOERICH et al, 2009).

Trazendo esse contexto para a realidade do paciente estomizado, que é usuário dos serviços do SUS, observa-se que a Carta também o contempla em suas entrelinhas, principalmente no tocante de que todo cidadão tem direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde, a direito a tratamento adequado e efetivo para seu problema e atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação (KOERICH et al, 2009).

É necessário que os profissionais de saúde sejam adequadamente capacitados para assumir as suas funções, propiciando assistência de qualidade à pessoa com estomia e aos seus familiares. Conhecer as vivências do cuidador familiar permite analisar as políticas públicas relacionadas à pessoa com estomia e concluir que existem falhas no processo de assistência em saúde, em suma, são dificuldades do profissional de saúde em lidar com as singularidades da pessoa com estomia e de seu familiar. De forma tal, que seja implementado uma formação de profissionais de

saúde para a valorização não só do conhecimento científico, mas, sobretudo para a compreensão das necessidades do ser humano diante do processo de adoecimento e de todos que se encontram a ele vinculados (OLIVEIRA et al, 2014).

Diante dos pontos supracitados, convém destacar a importância do amparo familiar durante todo esse processo, pois a mesma será uma base de sustentação e apoio que o ostomizado precisará frequentemente para auxiliá-lo, pois o mesmo estará enfrentando as transformações resultantes da estomia e a perda de um sistema que irá privá-lo do controle fecal e de eliminações de gases (CETOLIN et al, 2013).

O Decreto nº 3.298/1999 (BRASIL, 1999), assegura o pleno exercício dos direitos individuais sociais das pessoas portadoras de deficiência, possibilitando legalmente um amparo quanto à concessão de bolsas coletoras e materiais auxiliares, dado que tais equipamentos proporcionam um atendimento completo das necessidades e aumentam a possibilidade de independência e inclusão dos pacientes com estomia.

Já o Decreto 5.296/2004 (BRASIL, 2004) caracteriza os pacientes estomizados como deficientes físicos, possibilitando assim, que os mesmos estejam respaldados por leis que regulamentam os direitos das pessoas com deficiência, tendo como exemplo, o auxílio financeiro mensal pago para o para o paciente que possui dificuldade financeira ou é dependente do sustento de outros familiares. Diante deste cenário de avanços nos direitos dos pacientes estomizados, ressalta-se a conquista social, através do reconhecimento desta condição, por meio da Lei 11.506/2007 (BRASIL, 2007), que estabelece como a data de 16 de novembro de cada ano como o dia Nacional dos Ostomizados.

A formulação da Política Nacional Das Pessoas Com Estomias (SOBEST/ABRASO,2005), representa uma importante conquista para consolidação dos direitos das pessoas com estomias, com base no disposto na Norma Operacional da Atenção à saúde – NOAS-SUS 01/2001, aprovado pela Portaria GM/MS Nº 95, de 26/2001 (BRASIL, 2001). A partir disso, há a possibilidade de garantir às pessoas com estomas, uma atenção integral em todos os níveis de complexidade, somando ao amparo da organização e implementação de serviços especializadas, que possibilitaram o autocuidado e reabilitação física e psicossocial da pessoa com estoma, propiciando desta forma, uma melhoria da qualidade de vida.

Na portaria GM nº 2.848/2007 (BRASIL, 2007), que publica acerca da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde, estabelece que a gestão dessa tabela é de responsabilidade exclusiva da Secretaria de Atenção à Saúde, na qual foi aprovado a respeito da estrutura organizacional e o detalhamento completo dos procedimentos da tabela, seus medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais do SUS, dentre estes os equipamentos coletores e adjuvantes de proteção e segurança para pessoas estomizadas.

De acordo com Moraes et al (2017) a atual conjuntura está para além das condições estruturais, enfatizando a presença de profissionais de saúde para a realização da

assistência nos serviços acarretando na garantia do acesso e da qualidade do cuidado de que necessitam as pessoas estomizadas.

Um grande marco, que merece representatividade na trajetória histórica dos direitos dos estomizados é a Portaria 400/2009. Há aproximadamente 10 anos vem considerando a necessidade de garantir às pessoas vivendo com estomia a atenção integral à saúde. Para tal, exige um complexo rearranjo de recursos humanos e financeiros (BRASIL, 2009).

Também foram abordados e definidos os fluxos de referência e contrarreferência, citando a Atenção Básica como porta de entrada e os Serviços de Atenção à Saúde das Pessoas Ostomizadas, aqui destacando que as ações de orientação para o autocuidado e prevenção de complicações nas estomias devem ser realizadas na atenção primária, responsável pelo apoio matricial (BRASIL, 2009).

Ainda no âmbito da Atenção Básica, a regulamentação permitiu que o paciente estomizado tivesse direito a um cuidado continuado composto por intervenções realizadas pelos profissionais de saúde com o intuito de orientar o auto cuidado a fim de prevenir complicações. Já a nível de ambulatórios de hospital geral e especializado, policlínicas, unidades ambulatoriais de especialidades e reabilitação física, a legislação priorizou o desenvolvimento da assistência por uma equipe multiprofissional com equipamentos e instalações físicas adequadas. (OLIVEIRA; LOPES; DECESARO, 2017; ALENCAR et al., 2016).

A portaria nº 400/2009 também se encarrega de classificar o serviço prestado nomeadamente às Pessoas Estomizadas I e II, em que ambas deverão realizar ações de orientação para o autocuidado, prevenção e tratamento de complicações nas estomias, fornecimento de equipamentos coletores e adjuvantes de proteção e segurança (BRASIL, 2009).

Um avanço significativo foi alcançado com a especificação de atividades voltadas ao atendimento individual e coletivo da pessoa vivendo com estomias a saber: consulta de enfermagem, consulta médica e consulta de serviço social, orientação, atividades educativas em saúde e de vida diária, orientação à família, atividades enfocando a inclusão da pessoa com estoma na família e na sociedade, planejamento quantitativo e qualitativo dos equipamentos coletores e adjuvantes de proteção e segurança para distribuição e atividades de orientação aos profissionais da atenção básica (BRASIL, 2009).

A assistência prestada deve ser especializada e holística, o que envolve a educação em saúde para o autocuidado, a avaliação das necessidades biopsicossociais gerais do indivíduo e da família e as específicas relacionadas à estomia e pele periestomia, incluindo a prevenção e tratamento das complicações, indicação e prescrição de equipamentos coletores e adjuvantes de proteção e segurança (BRASIL, 2009).

As principais dificuldades para a implementação e efetivação como diretrizes se dão no sentido de se atribuir, aos profissionais desses serviços, competências clínicas para que possam prestar uma assistência com vistas à integralidade do cuidado e à

construção da rede de serviços para assegurar o acesso aos beneficiários do SUS (MORAES et al, 2017).

Visando essa assistência integral, a Portaria 620/2010 (BRASIL, 2010), considerou a necessidade de identificar nos sistemas do SUS a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da área de saúde ainda não contemplados na Tabela de 2002. Assim, em seu artigo 1º inclui em um dos profissionais o enfermeiro estomaterapeuta. Esses enfermeiros prestam assistência às pessoas com estomias nos aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação em busca da melhoria da qualidade de vida”.

Para isso, a Portaria de número 793/2012 (BRASIL, 2012), que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS, aborda em seu arcabouço um importante direito ao usuário do sistema que necessita de reabilitação, com demandas temporárias ou permanentes, progressivas ou não, citando atenção às pessoas que possuem necessidades especiais, como estomizados. Além disso, menciona a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, por meio do Centro Especializado em Reabilitação. Essa inclusão amplia a diversidade dos serviços prestados.

Dando seguimento ao corpo legislativo que institui os direitos ao cidadão estomizado, em 2012, a Lei 12.738 torna obrigatório o fornecimento de bolsas de colostomia, ileostomia e urostomia, de coletor de urina e de sonda vesical pelos planos privados de assistência à saúde. Ademais, enfatiza que é de responsabilidade das operadoras privadas que fornecem assistência privada oferecê-los para uso hospitalar, ambulatorial ou domiciliar.

Já em 2014 por meio da Lei nº 13.031, foi criado o símbolo nacional da pessoa vivendo com estomias para a adequada identificação do serviço capacitado para a assistência a pessoas com ostomia. A partir desta, é obrigatória a colocação do símbolo em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas com estomias, inclusive nos banheiros públicos e privados.

Devido ao aumento do câncer colorretal, a Portaria nº 140/2014 (BRASIL, 2014) aborda os critérios estruturais e organizacionais para o estabelecimento de saúde ser habilitado em atenção especializada na oncologia. Para ser credenciado e habilitado o estabelecimento de saúde deve obedecer dentre outros critérios: ter equipe multiprofissional e multidisciplinar que contemple atividades técnico-assistenciais realizadas em regime ambulatorial e de internação, de rotina e de urgência, que contenha uma série de atividades, dentre as quais estão os cuidados de pessoas com estomias.

Para Moraes et al (2017) mesmo as diretrizes implementadas tenham representado um progresso no que se refere à assistência às pessoas estomizadas no Brasil, ainda não se é evidenciado os avanços nesse cenário, o que conseqüentemente retrocede os serviços que deveriam ser assegurados pelas Portarias MS n. 116/93, pelo Programa de Órtese e Prótese eram feitas as distribuições de dispositivos e bolsas coletoras nos centros de saúde especializada.

Durante a trajetória histórica da garantia de direitos dos estomizados intestinais, é notório que ocorreu de forma paulatina e gradual, sempre com acréscimos de benefícios. Torna-se primordial que haja uma ampla divulgação ao público-alvo desses direitos, para que possam reivindicar e ter cada vez mais autonomia no manejo da condição clínica.

É intrínseco também aos profissionais que prestam os cuidados a estes clientes, que prezem por cumprir e respeitar o que é preconizado na legislação, não somente com a assistência em si, mas como também com escuta qualificada e acolhimento, fazendo cumprir o princípio da integralidade. Ademais, espera-se que a gestão responsável por oferecer os insumos também exerçam seu encargo com totalidade.

Diante deste cenário, várias foram as conquistas legais por meio das portarias, leis e decretos supracitados, mas o que se percebe na prática é a não funcionalidade de alguns serviços voltados para os pacientes estomizados, destacando-se como exemplo, os serviços especializados que são regulamentados através da portaria 400/2009 (Programa de Atenção aos Clientes Ostomizados), que dispõe sobre o atendimento deste pacientes, somando ao fornecimento de equipamentos coletores e adjuvantes. O programa em questão apresenta-se muito aquém do esperado, através da compras de material insuficiente para a demanda estimada, somando distribuição irregular e atendimento dos estomizados por profissionais que pouco conhecem dessa problemática de saúde. O programa, apesar de ser louvável, é ainda pouco resolutivo e contabiliza poucos ganhos, devido aos obstáculos apresentados pelos gestores das unidades de saúde para adequação às determinações legais. (MAURICIO; SOUZA, 2016).

5 | CONCLUSÃO

A partir da trajetória histórica construída acerca dos direitos dos estomizados, infere-se que a obtenção de todas essas garantias advém de anos de esforços, com acréscimos na legislação vigente, que busca incorporar as necessidades destes indivíduos. Observa-se, entretanto, que ainda há lacunas concernentes à assistência holística do usuário, de suas necessidades biopsicossociais, da inserção da família no plano terapêutico, na atenção a reabilitação e promoção da qualidade de vida de estomizados, sendo necessário a integralidade no processo de assistência a esta população. Portanto, nota-se que a forma como tais pacientes estão contemplados no contexto do SUS, ainda é incipiente.

Ademais, aponta-se como limitações deste estudo a escassez de outras produções inteiradas sobre esta temática. Assim, sugere-se que este contexto seja aprofundado e enriquecido com mais produções de outros autores, aumentando a gama de informações.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, D. C. et al. **Reflexão sobre a trajetória política de estomizados no Brasil**. Revista Interdisciplinar. v. 9, n. 1, p. 2034-240, jan-mar 2016.
- BOTELHO, L.L.R.; CUNHA, C.C.A; MARCELO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista eletrônica Gestão e Sociedade**, v.5, n.11, p.121-136, 2011.
- _____. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. [Internet]. **Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: março de 2019.
- _____. Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. [Internet]. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: março de 2019.
- _____. Lei Nº 11.506, de 19 de julho de 2007. **Institui a data de 16 de novembro como o Dia Nacional dos Ostomizados**. [Internet]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11506.htm>. Acesso em: março de 2019.
- _____. Lei Nº 12.738, de 30 de novembro de 2012. **Altera a Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998, para tornar obrigatório o fornecimento de bolsas de colostomia, ileostomia e urostomia, de coletor de urina e de sonda vesical pelos planos privados de assistência à saúde**. [Internet]. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12738.htm>. Acesso em: março de 2019.
- _____. Lei Nº 13.031, de 24 de setembro de 2014. **Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Seção 1. [Internet]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13031.htm>. Acesso em: março de 2019.
- _____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 2.848, de 06 de novembro de 2007. [Internet]. **Publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPM do Sistema Único de Saúde**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 06 nov. 2007, Seção 1, p.54. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt2848_06_11_2007.html>. Acesso em: março de 2019.
- _____. Ministério da Saúde. Portaria MS Nº 146, de 14 de outubro de 1993. **Estabelece diretrizes gerais para a concessão de Próteses e Órteses através da Assistência Ambulatorial**. [Internet]. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 19 out. 1993, Seção 1, p.155. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/1993/prt0146_14_10_1993.html>. Acesso em: março de 2019.
- _____. Ministério da Saúde. Portaria nº400 de 16 de novembro de 2009. **Estabelecer Diretrizes Nacionais para a Atenção à Saúde das Pessoas Ostomizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências** [Internet]. Diário Oficial da União. Brasília (DF); 2009. Disponível em:http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2009/prt0400_16_11_2009.html. Acesso em 21/03/ 2019.
- _____. Ministério da Saúde. Portaria Nº 116, de 9 de setembro de 1993. **Inclui no Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS a concessão dos equipamentos de órteses, próteses e bolsas de colostomia constantes do Anexo Único**. [Internet]. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 15 set. 1993, Seção 1, p.137. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/1993/prt0116_09_09_1993.html>. Acesso em: março de 2019.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 140 de 27 de fevereiro de 2014. **Redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia (...)**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 02 abr. 2014, Seção 1, p.60-66. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/1993/prt0116_09_09_1993.html>. Acesso em: março de 2019.

_____. Ministério da Saúde. Portaria Nº 793, de 24 de abril de 2012. **Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde**. [Internet]. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Seção 1. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html>. Acesso em: março de 2019.

_____. Ministério da Saúde Portaria Nº 620, de 12 de novembro de 2010. **Inclui, na Tabela de Classificação Brasileira de Ocupações utilizada no SCNES, (...) e 2235-C3 - ENFERMEIRO ESTOMOTERAPEUTA**. [Internet]. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, Seção 1, Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2010/prt0620_12_11_2010.html>. Acesso em: março de 2019.

BRITO, L. E. Ó. et al. Papel do enfermeiro na assistência às pessoas **estomizadas intestinais: revisão integrativa**. Rev Enferm UFPI. v. 7, n. 4, p. 56-60, 2018.

CETOLIN, S. F. et al. **Dinâmica sócio-familiar com pacientes portadores de ostomia intestinal definitiva**. ArqBrasCirDig, v. 26, n. 3, p. 170-172, 2013.

COELHO, A. M. S. et al. **Autocuidado de pacientes com colostomia, pele periestomal e bolsa coletora**. Rev. Enferm. UFPE [on line]. Recife, v. 09, n. 10, p. 9528-9534, 2015.

KOERICH, M. S. et al. **Pacto em Defesa da Saúde: divulgando os direitos dos usuários pela pesquisa-ação**. Rev. Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 30, n.4, p. 677-684, dez. 2009.

MAURICIO, V. C.; SOUZA, N. V.; LISBOA, M. T. L. **O enfermeiro e sua participação no processo de reabilitação da pessoa com estoma**. In: Esc. Anna Nery. v. 17, n. 03, p. 416-422, 2013.

MAURICIO, V. C.; SOUZA, N. V. D. O. **Conhecimento de Pessoas Estomizadas Acerca dos Aspectos Legais Relacionados à Inclusão Laboral**. Revista Estima, v. 13, n. 4, 2016.

MEDEIROS, L. P. **Nursinginterventionactivities “care for ostomy” atividades da intervenção de enfermagem “cuidados com a ostomia” actividades de laintervención de enfermería “cuidados con ostomia journalofnursing**. Rev. enferm. UFPE [online]. Recife, v. 11, n. 12, p. 5417-26, 2017.

MENDONÇA, S. N. et al. **Orientações de enfermagem e implicações para a qualidade de vida de pessoas estomizadas**. Rev: enferm. UFPE [online]. Recife, v. 09, n. 01, p. 296-304, 2015.

MORAES, J. T. et al. **Avaliação da implantação do serviço de atenção à saúde das pessoas estomizadas**. Rev. Min. Enferm. 2017.

OLIVEIRA, G. S. et al. **Vivências do cuidador familiar de uma pessoa com estomia intestinal por câncer colorretal**. Rev Rene. v. 15, n.1, p. 108-115, 2014.

OLIVEIRA, L. N; LOPES, A. P. A. T; DECESARO, M. N. **Cuidado integral à pessoa estomizada na atenção básica - conhecimento e atuação do enfermeiro**. Rev. Cienc. Cuid. Saude. v. 16, n. 3, 2017.

SILVA, N. M. et al. **Aspectos psicológicos de pacientes estomizados intestinais: revisão integrativa**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 25, 2017.

SILVA, N. M. et al. **Depressão em adultos com câncer**. Revista Científica Multidisciplinar das Faculdades São José, v. 2, n. 1, p. 2-14, 2014.

Sociedade Brasileira De Estomaterapia (SOBEST) e Associação Brasileira De Ostomizados (ABRASCO). Proposta de portaria ministerial, 2005. **Propõe uma Política Nacional das Pessoas com Estomas**. São Paulo, 2005.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTOMATERAPIA-SOBEST. **Declaração dos Direitos da Pessoa com Estomia**. 1993. [Internet]. Disponível em: <<http://www.sobest.org.br/textod/36>>. Acesso em: março de 2019.

SOBRE O ORGANIZADOR

BENEDITO RODRIGUES DA SILVA NETO Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2005), com especialização na modalidade médica em Análises Clínicas e Microbiologia. Em 2006 se especializou em Educação no Instituto Araguaia de Pós graduação Pesquisa e Extensão. Obteve seu Mestrado em Biologia Celular e Molecular pelo Instituto de Ciências Biológicas (2009) e o Doutorado em Medicina Tropical e Saúde Pública pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (2013) da Universidade Federal de Goiás. Pós-Doutorado em Genética Molecular com concentração em Proteômica e Bioinformática. Também possui seu segundo Pós doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Aplicadas a Produtos para a Saúde da Universidade Estadual de Goiás (2015), trabalhando com Análise Global da Genômica Funcional e aperfeiçoamento no Institute of Transfusion Medicine at the Hospital Universitätsklinikum Essen, Germany. Palestrante internacional nas áreas de inovações em saúde com experiência nas áreas de Microbiologia, Micologia Médica, Biotecnologia aplicada a Genômica, Engenharia Genética e Proteômica, Bioinformática Funcional, Biologia Molecular, Genética de microrganismos. É Sócio fundador da “Sociedade Brasileira de Ciências aplicadas à Saúde” (SBCSaúde) onde exerce o cargo de Diretor Executivo, e idealizador do projeto “Congresso Nacional Multidisciplinar da Saúde” (CoNMSaúde) realizado anualmente no centro-oeste do país. Atua como Pesquisador consultor da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG. Coordenador do curso de Especialização em Medicina Genômica e do curso de Biotecnologia e Inovações em Saúde no Instituto Nacional de Cursos. Como pesquisador, ligado ao Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da Universidade Federal de Goiás (IPTSP-UFG), o autor tem se dedicado à medicina tropical desenvolvendo estudos na área da micologia médica com publicações relevantes em periódicos nacionais e internacionais.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-403-0

